

Caixa é a vergonha do setor bancário: ajuíza dissídio no TST

Direção da empresa mantém intransigência e postura arbitrária, desrespeitando e desafiando os trabalhadores



A decisão da direção da Caixa de ajuizar dissídio no TST não interfere na greve, que continua forte em todo o país

A direção da Caixa Econômica Federal é a vergonha do setor bancário e trata os empregados com desrespeito e autoritarismo. Ontem (15), a presidente da empresa, Maria Fernanda Ramos Coelho, que é funcionária de carreira, decidiu ajuizar dissídio no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“A Caixa nem parece banco público e contradiz seu compromisso social. A direção da empresa

age pior do que o setor privado. Os empregados estão revoltados com a postura arrogante do banco e o Sindicato repudia mais esta decisão arbitrária contra os trabalhadores”, disse o vice-presidente do Sindicato, José Ferreira.

A direção do banco, em suas notas oficiais, fez todo o tipo de ameaças para que os funcionários voltassem ao trabalho. Além disso, mentiu ao dizer que, “se houvesse recusa da proposta apre-

sentada, o que, de fato, ocorreu, a empresa cumpriria exclusivamente a convenção Fenaban”. A Caixa fez pior: atropelou as negociações e foi ao TST.

Hoje (16), os bancários entram no 23º dia de greve.

A PROPOSTA

Na terça-feira, dia 13, a empresa comunicou ao Comando Nacional um novo modelo para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A proposta prevê a distribuição de valores fixos por grupos de cargos, que variam de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil. Cada bancário receberia essa regra própria da Caixa ou a regra da Fenaban, aquela que fosse maior. A proposta previa a antecipação até o dia 3 de novembro de 2009 de 100% do valor aplicando à regra básica da Fenaban. A segunda parte seria paga em março de 2010. Além disso, a Caixa manteve as propostas apresentadas em reuniões anteriores quanto aos demais itens da pauta. Entre os principais pontos estão: eleição de todos os cipeiros, contratação de três mil empregados, criação de comitês de combate ao assédio moral e abertura de negociação sobre o Saúde Caixa.

Ajuizamento não acaba com a greve

É bom lembrar que o ajuizamento não torna a greve automaticamente abusiva. A abusividade ou não só será decidida se houver julgamento do dissídio. O Sindicato tem cumprido todas as formalidades legais. Não aceite intimidação de gerentes e chefias. O movimento continua forte. Denuncie ao Sindicato qualquer forma de pressão contra seu legítimo direito de greve (Telefones: 2103-4122/4123).

O Comando Nacional reconheceu os avanços da proposta, mas a considerou insuficiente.

“O próprio presidente Lula já disse publicamente que o movimento sindical precisa lutar pelos direitos e novas conquistas para os trabalhadores. É uma contradição da direção da Caixa atropelar sistematicamente as negociações e desrespeitar os funcionários apelando para o TST”, critica o diretor do Sindicato Sérgio Amorim.

Assembléia da Caixa hoje é deliberativa

Empregados realizam hoje (16), na Galeria dos Empregados do Comércio, às 17 horas, assembléia deliberativa. O endereço é Av. Rio Branco, 120, 2º andar. Participe!

Acordo Coletivo com a Fenaban será assinado nesta segunda-feira



Está confirmado. O Acordo Coletivo dos bancários com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) será assinado nesta segunda-feira, dia 19, às 15 horas, em São Paulo. Os bancos têm até dez dias para pagar a primeira parcela da PLR, mas o Sindicato já começou a entrar em contato com a direção das empresas para que a verba seja antecipada o quanto antes.

Funcionários do Banco do Brasil recebem hoje primeira parcela da PLR

Acordo aditivo foi assinado ontem (15), em Brasília

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) assinou ontem, dia 15, em Brasília, o acordo específico referente à Participação nos Lucros e Resultados do Banco do Brasil, que tem o mesmo modelo da distribuição do ano passado.

O pagamento da primeira parcela da PLR dos funcionários do BB deverá ser depositado ainda hoje: 45% do salário-paradigma, mais uma verba fixa de R\$ 483, mais 4% do lucro líquido do semestre distribuídos linearmente, o que equivale a R\$ 1.730,96. “Este modelo de PLR que negociamos com o Banco do Brasil, que inclui a distribuição linear de uma parte dos lucros, é o mesmo que foi adotado nessa campanha salarial na proposta da Fenaban para a Convenção Coletiva da categoria, o que representa uma conquista histórica”, disse o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

O presidente do Sindicato do Rio, Almir Aguiar, participou da assinatura do acordo aditivo dos funcionários do Banco do Brasil, em Brasília



Greve forte garantiu conquistas no BB

FOTO: ROBSON MONTE



Naide Ribeiro durante a assembléia do BB que aprovou a proposta do banco. O diretor do Sindicato elogiou a participação do funcionalismo na greve da categoria

“Foi uma campanha muito positiva. Fizemos uma das maiores greves dos últimos anos, o que nos permitiu assegurar importantes conquistas, tanto na Convenção Nacional dos Bancários, assinada com a Fenaban, quanto no acordo específico com o Banco do Brasil”. A avaliação é do diretor do Sindicato Naide Ribeiro, representante do Rio de Janeiro na Comissão de Organização do Empregados do BB.

Falando sobre a mesa específica, Naide frisou que a força da greve, com adesão significativa não apenas

no Rio de Janeiro, mas em âmbito nacional, forçou o banco a avançar nas negociações. “A paralisação acabou, também, na hora certa. O Comando avaliou, depois de analisar o quadro nacional e o processo de negociação, que era a hora de suspender o movimento. Saímos vitoriosos e a decisão madura das assembleias, entre elas a do Rio, mostrou que estávamos certos”, sintetizou.

VALORIZAÇÃO DO PISO E PCCS

Naide citou entre as conquistas, a

valorização de 3% do piso. “A comissão é, hoje, a maior parte do salário. Por isso foi importante garantirmos os 3% no acordo específico. Somados aos 6% da Fenaban, foram 9,18% sobre o vencimento padrão (VP)”, lembrou. O compromisso assumido pelo banco no acordo de negociar um plano de carreira, cargos e salário (PCCS), com implantação prevista até junho de 2010, foi outro avanço.

“Dos três grupos de trabalho instituídos em 2003, apenas o do PCCS não andou sequer um milímetro. Queremos discutir nas negociações interstícios maiores; outros critérios, além do tempo de serviço para a progressão na carreira, bem como resolver as distorções, como a dos cargos comissionados, que permitem funcionários na mesma função recebendo comissões com valores diferentes”, adiantou.

SESMT E ASSÉDIO MORAL

Extinto em 2007, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Sesmt) será reimplantado. “Arrancamos este compromisso do banco e de que, agora, será um Sesmt que funcione: o acordo prevê uma unidade para cada estado e em Brasília”, explicou Naide.

Outra cláusula do acordo é a da contratação de cinco mil novos

funcionários em 2010 e mais cinco mil em 2011. A medida reduzirá a sobrecarga de trabalho, que vem adoecendo o funcionalismo. Em relação ao assédio moral, o BB assumiu a existência da prática nas unidades, mas negou ser uma política da empresa. Comprometeu-se a lançar uma cartilha sobre o tema e constituir comitês de ética regionais, com representantes eleitos pelos funcionários, com objetivo de investigar e combater os casos denunciados de assédio. Com relação à isonomia entre novos e antigos, o dirigente lembrou que, de 2003 para cá, as diferenças foram extintas. Faltava a permissão para o acúmulo e a venda dos abonos de cinco dias.

BANCO PÚBLICO

Naide advertiu que, apesar da campanha ter tido resultados positivos, avanços mais significativos somente serão alcançados com um Banco do Brasil público. “De FHC para cá, o BB passou a funcionar com uma lógica de mercado, com impactos para o país, mas também para o funcionalismo. Por isso é fundamental lutar por um BB que não siga os interesses do mercado, mas voltado para o interesses público, como alavanca do desenvolvimento do país, para a geração de emprego e renda e que valorize seus funcionários”, defendeu.